

-☆- continuação

AVIBRAS INDÚSTRIA AEROSPAZIAL S.A. - CNPJ 60.181.468/0001-51

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Avibras Indústria Aeroespacial S.A. ("Avibras" ou "Companhia") é uma empresa de Tecnologia e Inovação, com capacidade industrial única, reconhecida mundialmente pela excelência e qualidade de seus produtos e sistemas. É uma Sociedade Anônima de capital fechado, 100% brasileira, certificada pelo Ministério da Defesa como uma Empresa Estratégica de Defesa (EED). Desenvolve tecnologia própria, inovadora e independente nas áreas de Aeronáutica, Espacial, Eletrônica, Veicular e Defesa, gerando valor para os seus clientes, acionistas, colaboradores e sociedade.

Com instalações amplas e modernas localizadas no Vale do Paraíba, no estado de São Paulo, principal polo de tecnologia aeroespacial do Brasil, a Companhia, desde 1961, cria diferenciais competitivos de qualidade e inovação, fundamentais para manter-se como grande destaque no mercado mundial de Defesa.

A Companhia desenvolveu uma ampla gama de capacidades multidisciplinares e estas capacidades geraram um grande número de produtos estratégicos de defesa, que incluem: Sistemas de defesa ar-terra e terra-terra, veículos militares blindados e mísseis, com software e hardware desenvolvidos, projetados e integrados na própria Companhia.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## 2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As principais práticas contábeis, aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis, estão apresentadas na nota explicativa nº 3. As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

## 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais, nestas demonstrações, foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma.

## 2.3. Estimativas e julgamentos contábeis

A Administração usa de julgamentos, estimativas e premissas, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para ajuste ao valor recuperável do contas a receber; provisão para perdas com estoques; mensuração do valor do imposto de renda e contribuição social diferidos; provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas; mensuração da vida útil e valor recuperável do ativo imobilizado e do ativo intangível.

## 2.4. Mudanças nas práticas contábeis

## CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia foram alteradas pela adoção das IFRS 16/CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018. Esta norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 e introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro, exigindo que o arrendatário reconheça todos os arrendamentos em seu balanço patrimonial. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é de prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo imobilizado, na rubrica de "Ativos de direito de uso" e no passivo como Arrendamento financeiro, com apropriação de encargos financeiros mensalmente no resultado. A Companhia optou pela adoção de forma retrospectiva, com o efeito cumulativo reconhecido na data da aplicação deste pronunciamento, sem reapresentar informações comparativas para períodos anteriores. Abaixo apresentamos os impactos da adoção deste pronunciamento no exercício de 2019:

	Controladora		
	Antes do CPC 06	Ajustes do CPC 06	Divulgado 2019
<b>Ativo circulante</b>	982.711	250	982.961
Impostos a recuperar	23.730	250	23.980
<b>Ativo não circulante</b>	163.110	-	163.110
Investimento	25.682	-	25.682
Imobilizado	350.965	12.829	363.794
Intangível	1.912.227	-	1.912.227
<b>Total do ativo</b>	3.424.695	13.079	3.447.774
<b>Passivo circulante</b>	686.660	5.568	692.228
Empréstimos e financiamentos	97.810	5.568	103.378
<b>Passivo não circulante</b>	489.679	6.895	496.574
Empréstimos e financiamentos	153.287	6.895	160.182
Patrimônio líquido	2.258.356	616	2.258.972
<b>Total do passivo</b>	3.424.695	13.079	3.447.774
Lucro bruto	534.909	-	534.909
Despesas operacionais líquidas	(389.806)	851	(388.955)
<b>Resultado operacional</b>	145.103	851	145.954
Resultado financeiro líquido	(31.207)	(235)	(31.442)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	113.896	616	114.512
Impostos sobre o lucro	(29.950)	-	(29.950)
<b>Lucro líquido do período</b>	83.946	616	84.562

	Consolidado		
	Antes do CPC 06	Ajustes do CPC 06	Divulgado 2019
<b>Ativo circulante</b>	1.019.848	250	1.020.098
Impostos a recuperar	39.414	250	39.664
<b>Ativo não circulante</b>	223.566	-	223.566
Imobilizado	353.815	12.829	366.644
Intangível	1.958.673	-	1.958.673
<b>Total do ativo</b>	3.555.902	13.079	3.568.981
<b>Passivo circulante</b>	688.535	5.568	694.103
Empréstimos e financiamentos	97.810	5.568	103.378
<b>Passivo não circulante</b>	562.869	6.895	569.764
Empréstimos e financiamentos	228.263	6.895	235.158
Patrimônio líquido	2.304.498	616	2.305.114
<b>Total do passivo</b>	3.555.902	13.079	3.568.981
Lucro bruto	559.316	-	559.316
Despesas operacionais líquidas	(401.510)	851	(400.659)
<b>Resultado operacional</b>	157.806	851	158.657
Resultado financeiro líquido	(34.123)	(235)	(34.358)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	123.683	616	124.299
Impostos sobre o lucro	(23.401)	-	(23.401)
<b>Lucro líquido do período</b>	100.282	616	100.898

## ICPC 22/IFRIC 23 - Incertezas em Relação a Tratamentos Tributários

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro (IAS 12 - *Income Taxes*) quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

Esta interpretação entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e no entendimento da Administração da Companhia, não possui impactos a serem reconhecidos nesta demonstração.

## 2.5. Novas normas e interpretações ainda não efetivadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 01.01.2020:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

No entendimento da Administração da Companhia, estas alterações não possuem impactos a serem reconhecidos nesta demonstração.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

## a) Transações em moeda estrangeira

Itens não monetários são convertidos para a moeda funcional da Companhia utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

Itens monetários, na data dos balanços são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial destes itens monetários são reconhecidos na demonstração do resultado como variações cambiais, conforme nota explicativa nº 28.

## b) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros estão reconhecidos no balanço patrimonial como ativos ou passivos e mantidos ao valor justo, ganhos e perdas eventuais são contabilizados no resultado como resultado financeiro. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros na forma de derivativos, hedges ou similares, entretanto, buscando mitigar os riscos cambiais, mantém em conta corrente no exterior, saldo proveniente dos contratos de exportação para suportar o pagamento das obrigações futuras contratadas em moeda estrangeira.

## c) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem, o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

## d) Contas a receber

Compõem as contas a receber, o valor faturado, deduzidas das provisões para ajuste ao valor recuperável do contas a receber que foi constituído em montante considerado suficiente para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, e os créditos reconhecidos de acordo com a evolução física da produção dos contratos com clientes.

## e) Estoques

Os estoques de matéria-prima, embalagens e produtos intermediários, são registrados pelo custo médio de aquisição, deduzidos os impostos incidentes geradores de crédito fiscal. Os estoques de produto em elaboração, em processo e acabados, são registrados pelo custo de absorção das matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de fabricação, que não excedem o valor de realização. A Companhia, avalia anualmente seus estoques, constituindo provisões de baixas para as perdas com estoques de baixa rotatividade, obsoletos e materiais não confirmados em poder de terceiros.

## f) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, pelo qual a parcela atribuída à Companhia (investidora) sobre o lucro ou prejuízo do exercício da controlada (investida) está registrada no resultado do exercício na rubrica "resultado de equivalência patrimonial", conforme descrito na nota explicativa nº 9.

## g) Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, produção ou construção, ajustado por avaliação patrimonial ocorrida em 2001 e 2010, deduzido das respectivas depreciações, calculadas de forma linear, pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 10, levando-se em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

Quando adquiridos através de operações de arrendamento mercantil, de acordo as normas descritas no CPC 06 - Operação de arrendamento mercantil, são reconhecidos na data de aquisição no ativo imobilizado em contrapartida a um passivo de financiamento, sendo o ativo imobilizado também depreciado de acordo com a vida útil estimada dos respectivos bens.

Os bens que compõem o imobilizado, têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente. Caso haja indicadores de perda de valor, é constituída provisão para impairment, de modo a ajustá-los ao valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas em alienações, são apurados e reconhecidos no resultado na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", conforme descrito na nota explicativa nº 27.

Gastos subsequentes são capitalizados à medida que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado do exercício.

De acordo a norma do CPC 20 - Custos de empréstimos, os custos de empréstimos atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimo são juros e outros custos que a entidade incorre relativos ao empréstimo de recursos.

## h) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos gerados internamente pela Companhia para a formação de seu Acervo Tecnológico, e são classificados com vida útil definida e indefinida. Os respectivos ativos estão registrados pelo custo de aquisição ou produção, somado ao ajuste de avaliação patrimonial efetuado no exercício de 2006, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e, se houver, das perdas por redução do valor recuperável (impairment).

A amortização dos ativos considerados de vida útil definida ocorre de forma linear, utilizando as taxas de amortização, de acordo a avaliação feita pela Administração, dos aspectos técnicos, tecnológicos e comerciais, para se estabelecer o tempo de vida útil para cada produto desenvolvido.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas anualmente são testados para identificar possíveis perdas por redução do valor recuperável, individualmente ou como unidade geradora de caixa.

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento científico ou inovação tecnológica, são reconhecidos no resultado à medida que ocorrem.

A fase de desenvolvimento envolve um plano ou projeto, visando a produção de produtos novos ou substancial aprimoramento de produtos existentes. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo, possuírem aspectos técnicos e comerciais viáveis, os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e a Companhia tiver os recursos suficientes para sua conclusão, uso ou venda do ativo.

Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que sejam diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. Os gastos subsequentes são capitalizados somente se aumentarem os futuros benefícios econômicos oriundos do ativo específico.

As licenças de Software adquiridas pela Companhia são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada. Gastos com manutenção de softwares, são reconhecidos no resultado como despesas, à medida em que são realizadas.

## i) Redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia avalia anualmente o valor contábil líquido dos ativos para identificar se houve ou se existirão perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Os ativos intangíveis no segmento "defesa" são muito específicos e de alto valor agregado. Anualmente a Companhia procede a avaliação de seus ativos intangíveis classificados como de vida útil indefinida, para mensurar a necessidade de constituição de provisão para ajuste ao seu valor recuperável (impairment), através da segregação em unidades geradoras de caixa e nas projeções de fluxo de caixa futuro.

## j) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis, e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais, conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12.

## k) Adiantamentos de clientes

Correspondem aos valores recebidos antecipadamente da entrega dos produtos contratados. Adiantamentos em moeda estrangeiras são convertidos pela taxa cambial da data da transação, conforme discriminado no item "a" desta nota explicativa.

## l) Outros passivos

Estão registrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais até a data dos balanços.

## m) Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

As provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas, são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

## n) Receita operacional

Nos segmentos de defesa e segurança, a Companhia possui suas operações amparadas em contratos de fornecimento de produtos de curto e longo prazo, sendo as receitas reconhecidas pelo percentual de evolução física obtido conforme o plano de produção de cada produto.

Para contratos de desenvolvimento de novas tecnologias e produtos, reconhece suas respectivas receitas no resultado pela evolução dos custos incorridos.

As receitas não abrangidas por contrato, ou seja, apenas por pedido de venda, como peças de reposição, serviços de treinamentos, industrialização ou revenda, são registrados no resultado no momento do faturamento ao cliente.

## o) Custo dos produtos e serviços vendidos

Para os contratos de fornecimento de produtos, os custos são apurados aplicando o percentual de evolução física da produção sobre o custo estimado.

Os contratos de desenvolvimento de novas tecnologias e produtos tem seus custos apurados utilizando o método de custo incorrido.

Custos de fornecimento de produtos não abrangidos por contratos, apenas por pedido de venda, são contabilizados pelo valor médio dos itens no momento do faturamento.

Compõe os custos de vendas:

- Insumos e materiais
- Os custos de materiais nacional ou importado estão amparados por pedido de compra ou contratos, com entregas estabelecidas de acordo com o plano de produção, e com reajustes pré-acordados.
- Mão de obra
  - Compreendem os salários, encargos e benefícios da mão de obra direta e mão de obra indireta dos centros de custos industriais.
- Depreciação
  - Os equipamentos de produção são depreciados linearmente ao longo de sua vida útil. As taxas de depreciação utilizadas estão estimadas com base na vida útil e econômica do bem.
- Despesas gerais de fabricação
  - As despesas gerais das áreas de produção são rateadas proporcionalmente às horas disponíveis da mão de obra direta dos centros de custos industriais, incluem as viagens, manutenção, serviços prestados por terceiros e outros custos gerais.

## p) Despesas Comerciais

As despesas comerciais são os gastos necessários para divulgação, distribuição e venda dos produtos. Incluem os gastos com pessoal, fretes sobre vendas, viagens, serviços prestados por terceiros e comissões a agentes no exterior por intermediação de negócios.

As despesas comerciais do período corrente relacionadas a comissões a agentes no exterior por intermediação de negócios, estão sendo provisionadas no resultado de acordo com as porcentagens expressas em contrato com os agentes, aplicada sobre o reconhecimento das receitas de vendas de contratos de exportação dos quais intermediaram.

## q) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras da Companhia compreendem, principalmente:

- Rendimento de aplicação financeira
  - Atualização de depósitos judiciais
  - Descontos obtidos
  - Deduzidos dos impostos sobre receitas financeiras
- As despesas financeiras abrangem:
- Juros e encargos sobre tributos
  - Juros sobre empréstimos e financiamentos
  - Taxas e comissões sobre garantias bancárias

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

## r) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferidos

A Companhia se enquadra na tributação com base no lucro real, optando pela apuração de forma trimestral. As alíquotas aplicadas para o imposto de renda, são de 15% sobre o lucro real e um adicional de 10% para parcela de lucro real que exceder R\$ 240 mil. A alíquota aplicada para a contribuição social é de 9% sobre o lucro real.

O lucro real, é calculado a partir do lucro líquido do exercício, antes da tributação, ajustados pelas adições e exclusões, conforme previstas no Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

Os valores apurados de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, exceto, itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido e demonstrados na nota de "Outros resultados abrangentes".

continua -☆-